



# Ministério de Minas e Energia

## Consultoria Jurídica

*(Revogado pelo Decreto nº 8.871, de 6 de outubro de 2016)*

### **DECRETO Nº 7.798, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012**

~~Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia.~~

~~A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,~~

#### **DECRETA:-**

~~Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia, na forma dos Anexos I e II.~~

~~Art. 2º Os cargos em comissão remanejados do Ministério de Minas e Energia para a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por força dos Decretos nº 5.684, de 24 de janeiro de 2006, e nº 7.429, de 17 de janeiro de 2011, são os especificados nos Anexos III e IV, respectivamente.~~

~~Art. 3º Ficam remanejados, na forma do Anexo V, os seguintes cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores:~~

~~I da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o Ministério de Minas e Energia:~~

- ~~a) quatorze DAS 101.5;~~
- ~~b) quatorze DAS 102.4; e~~
- ~~c) doze DAS 102.3; e~~

~~II do Ministério de Minas e Energia para a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: um DAS 101.4.~~

~~Art. 4º Os apostilamentos decorrentes da alteração da Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia deverão ocorrer no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto.~~

~~Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no caput, o Ministro de Estado de Minas e Energia fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de quarenta e cinco dias, contado da data de publicação deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores DAS, a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos vagos, sua denominação e respectivo nível.~~

~~Art. 5º Os ocupantes dos cargos e funções de confiança que deixam de existir por força deste Decreto consideram-se automaticamente exonerados ou dispensados.~~

~~Art. 6º Este Decreto entra em vigor no dia 14 de setembro de 2012.~~

~~Art. 7º Ficam revogados:~~

~~I o Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004;~~

~~II o Decreto nº 5.826 de 29 de junho de 2006;~~

~~III o art. 5º do Decreto nº 6.191, de 20 de agosto de 2007;~~

~~IV o art. 1º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 6.521, de 30 de julho de 2008; e~~

~~V o art. 1º do Decreto nº 7.771, de 29 de junho de 2012, na parte em que altera a alínea "c" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.521, de 30 de julho de 2008, e o art. 2º na parte em que altera o inciso I do caput do art. 5º do Decreto nº 6.191, de 20 de agosto de 2007.~~

~~Brasília, 12 de setembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.~~

DILMA ROUSSEFF

*Edison Lobão*

*Miriam Belchior*

~~Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.9.2012~~

## **ANEXO I**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA NATUREZA E COMPETÊNCIA**

~~Art. 1º O Ministério de Minas e Energia, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:~~

~~I geologia, recursos minerais e energéticos;~~

~~II aproveitamento da energia hidráulica;~~

~~III mineração e metalurgia;~~

~~IV petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear; e~~

~~V energização rural e agroenergia, inclusive eletrificação rural, quando custeada com recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.~~

~~Parágrafo único. Compete, ainda, ao Ministério de Minas e Energia zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País.~~

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

~~Art. 2º O Ministério de Minas e Energia tem a seguinte estrutura organizacional:~~

~~I órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:~~

~~a) Gabinete;~~

~~b) Secretaria Executiva:~~

~~1. Assessoria Especial de Gestão Estratégica;~~

~~2. Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios;~~

~~3. Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes;~~

~~4. Assessoria Especial em Gestão Socioambiental; e~~

~~5. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração:~~

~~c) Consultoria Jurídica;~~

~~d) Assessoria Econômica;~~

~~e) Assessoria Especial de Relações Internacionais;~~

~~f) Assessoria Especial de Apoio ao Ministro; e~~

~~g) Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais;~~

~~II — órgãos específicos singulares:~~

~~a) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético:~~

~~1. Departamento de Planejamento Energético;~~

~~2. Departamento de Desenvolvimento Energético; e~~

~~3. Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações;~~

~~b) Secretaria de Energia Elétrica:~~

~~1. Departamento de Gestão do Setor Elétrico;~~

~~2. Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico; e~~

~~3. Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia;~~

~~c) Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis:~~

~~1. Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural;~~

~~2. Departamento de Gás Natural;~~

~~3. Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo; e~~

~~4. Departamento de Combustíveis Renováveis; e~~

~~d) Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral:~~

~~1. Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;~~

~~2. Departamento de Geologia e Produção Mineral;~~

~~3. Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral; e~~

~~4. Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração.~~

~~III — entidades vinculadas:~~

~~a) autarquias:~~

~~1. Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM;~~

~~2. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP; e~~

~~3. Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL;~~

~~b) empresas públicas:~~

~~1. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM; e~~

~~2. Empresa de Pesquisa Energética — EPE; e~~

~~c) sociedades de economia mista:~~

~~1. Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS; e~~

~~2. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS.~~

~~CAPÍTULO III  
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS~~

~~Seção I~~

~~**Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado de Minas e Energia**~~

~~Art. 3º — Ao Gabinete do Ministro compete:~~

~~I — assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social;~~

~~II — ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;~~

~~III — acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional;~~

~~IV — providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;~~

~~V — providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas à área de atuação do Ministério;~~

~~VI — assistir o Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais;~~

~~VII — articular-se com o Ministério das Relações Exteriores para a análise e proposição de ações de promoção comercial externa de produtos e serviços dos setores energético e de minas e metalurgia, por determinação do Ministro de Estado;~~

~~VIII — intermediar as relações entre o cidadão e o Ministério, exercendo atribuições de ouvidoria, incluindo o acompanhamento das medidas necessárias junto aos órgãos internos e entidades vinculadas;~~

~~IX — orientar e subsidiar as ações de integração energética, no âmbito internacional; e~~

~~X — exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.~~

~~Art. 4º — À Secretaria Executiva compete:~~

~~I — assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas;~~

~~II — supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério;~~

~~III — coordenar e supervisionar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos, de gestão de documentos de arquivos, de organização e inovação institucional, e as de serviços gerais;~~

~~IV — coordenar, orientar, supervisionar e consolidar a elaboração do orçamento de investimento e do programa de dispêndios globais das entidades vinculadas, articulando-as com o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;~~

~~V — prestar assistência ao Conselho Nacional de Política Energética — CNPE;~~

~~VI — auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações da área de competência do Ministério;~~

~~VII — gerir as ações nos programas e projetos de cooperação técnica e financeira internacional; e~~

~~VIII articular e integrar as ações de meio ambiente relacionadas com os empreendimentos da área de competência do Ministério.~~

~~Parágrafo único. A Secretaria Executiva exerce, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal—SIPEC, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação—SISP, de Serviços Gerais—SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional—SIORG e Sistema Nacional de Arquivos—SINAR, por meio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.~~

~~Art. 5º À Assessoria Especial de Gestão Estratégica compete:~~

~~I—coordenar e supervisionar as ações de planejamento e de orçamento de investimento, em acordo com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;~~

~~II—promover, coordenar e supervisionar o planejamento estratégico do Ministério;~~

~~III—orientar e coordenar o estabelecimento de diretrizes estratégicas à elaboração dos planos de ações do Ministério, e orientar os sistemas de monitoramento gerenciais;~~

~~IV—coordenar e monitorar a atuação dos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas, para cumprir políticas e ações estratégicas;~~

~~V—formular e implementar estratégias e mecanismos de integração e articulação do Ministério com suas entidades vinculadas e demais órgãos governamentais;~~

~~VI—assessorar o Secretário Executivo no acompanhamento da política setorial e de pessoal das empresas vinculadas;~~

~~VII—coordenar, orientar, supervisionar e consolidar a elaboração do orçamento de investimento e do programa de dispêndios globais das entidades vinculadas ao Ministério, articulando-as com o órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;~~

~~VIII—estabelecer e implementar, em articulação com os órgãos do Ministério e suas entidades vinculadas, procedimentos de acompanhamento, avaliação e revisão do plano plurianual, e propor medidas para correção de distorções e seu aperfeiçoamento;~~

~~IX—acompanhar a elaboração, supervisionar e avaliar os contratos de gestão firmados no pelos órgãos e entidades vinculadas;~~

~~X—articular-se com os agentes de governança dos setores energéticos e de mineração; e~~

~~XI—disponibilizar informações gerenciais, para subsidiar o processo decisório e a supervisão ministerial.~~

~~Art. 6º À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:~~

~~I—planejar, coordenar e monitorar a implementação das atividades relativas à organização e modernização administrativa, e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;~~

~~II—articular os sistemas referidos no inciso I do caput com o órgão central e informar e orientar os órgãos do Ministério, sobre o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;~~

~~III—orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, incluídos o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;~~

~~IV — elaborar e consolidar os planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à apreciação superior;~~

~~V — monitorar e avaliar projetos e atividades;~~

~~VI — desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e~~

~~VII — realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.~~

~~Art. 7º — À Assessoria Especial em Gestão Socioambiental compete;~~

~~I — assegurar o funcionamento eficiente e harmônico da gestão socioambiental no Ministério;~~

~~II — promover a articulação intrasetorial e inter-setorial necessária à implementação de ações para equacionar questões socioambientais relativas a empreendimentos setoriais;~~

~~III — subsidiar a formulação da política e diretrizes governamentais para questões socioambientais associadas à área de atuação do Ministério;~~

~~IV — promover a articulação interna no Ministério de Minas e Energia para elaboração e integração de propostas de regulamentação sobre questões de meio ambiente de interesse do Ministério;~~

~~V — analisar e acompanhar projetos de leis ou atos regulamentares de ação governamental sobre questões socioambientais relacionadas aos setores de minas e energia;~~

~~VI — articular-se com os órgãos do Ministério para proposições de acordos ou convênios relativos a questões socioambientais associadas a empreendimentos setoriais;~~

~~VII — elaborar, após manifestação dos órgãos e entidades do Ministério de Minas e Energia, pareceres técnicos para subsidiar a tomada de decisão sobre impactos socio-ambientais de empreendimentos nos setores de minas e energia;~~

~~VIII — acompanhar o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos setoriais a licitar, na Empresa de Pesquisa Energética - EPE, nos órgãos licenciadores e nos demais gestores envolvidos em questões do patrimônio cultural, étnico, antropológico e socioambiental, e daqueles em construção e operação, nos agentes competentes;~~

~~IX — monitorar a implementação das diretrizes definidas, pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, para ações de meio ambiente relacionadas a empreendimentos da área de atuação do Ministério;~~

~~X — articular-se com entidades públicas governamentais, entidades sindicais e empresariais para equacionar os impactos ambientais e sociais dos empreendimentos setoriais;~~

~~XI — implementar o sistema de gestão das questões socioambientais associadas a empreendimentos do setor energético, em articulação com os demais órgãos do Ministério e suas entidades vinculadas;~~

~~XII — representar o Ministério e promover a unidade de atuação de representantes do MME em órgãos colegiados relacionados ao setor de meio ambiente; e~~

~~XIII — oferecer e articular apoio e suporte técnicos necessários às ações de meio ambiente no âmbito do Ministério.~~

~~Art. 8º — À Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios compete:~~

~~I — articular-se com agências reguladoras, vinculadas ao Ministério, e assessorar o Secretário Executivo quanto ao cumprimento das normas regulamentares para a implementação das políticas e diretrizes setoriais;~~

~~II — realizar o acompanhamento e assessoramento relativos às regulamentações firmadas pelas agências reguladoras;~~

~~III — assessorar o Secretário Executivo quanto à concepção e realização dos leilões de energia;~~

~~IV — formular propostas para dirimir conflitos nas relações que envolvam agentes setoriais;~~

~~V — instruir a elaboração de manuais e notas informativas sobre leilões setoriais e promover sua divulgação aos públicos interno e externo;~~

~~VI — participar, conforme recomendações do Secretário Executivo, de comitês e colegiados, no âmbito de ações setoriais, para reunir posicionamento atualizado sobre os assuntos correntes e realizar assessoramento;~~

~~VII — acompanhar, a conformidade, a eficácia e a efetividade das normas setoriais vigentes e propor, quando necessário, seu aperfeiçoamento; e~~

~~VIII — organizar e manter atualizado sistema de informações gerenciais com o acervo relativo aos leilões de energia, para subsidiar a tomada de decisões.~~

~~Art. 9º — À Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes compete:~~

~~I — assessorar o Secretário Executivo quanto a metas de projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento — PAC de responsabilidade do Ministério;~~

~~II — monitorar, registrar e avaliar o desempenho e resultados dos projetos integrantes do PAC em áreas afetas ao Ministério;~~

~~III — articular-se, por orientação do Secretário Executivo, com órgãos do Ministério, outros órgãos governamentais e demais instâncias competentes sobre questões relativas ao PAC; e~~

~~IV — manter sistema de informações gerenciais sobre o PAC e demais programas setoriais de responsabilidade do Ministério.~~

~~Art. 10. — À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia Geral da União, compete:~~

~~I — prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;~~

~~II — fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado Geral da União;~~

~~III — atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos a serem submetidas ao Ministro de Estado;~~

~~IV — realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;~~

~~V — assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e~~

~~VI — examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:~~

~~a) os textos de editais de licitação, e os respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e~~

~~b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida a dispensa de licitação.~~

~~Art. 11. À Assessoria Econômica compete:~~

~~I — assistir e assessorar o Ministro de Estado no acompanhamento da política e decisões econômicas de governo e na avaliação de seus impactos sobre as políticas e programas do Ministério;~~

~~II — assessorar o Ministro de Estado na avaliação dos impactos econômicos dos temas discutidos ou aprovados em conselhos de administração, fiscal ou outros órgãos colegiados, sobre as políticas e programas energéticos e de mineração;~~

~~III — promover, coordenar e consolidar estudos econômicos necessários à formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas e programas energéticos e de mineração;~~

~~IV — apreciar planos ou programas de natureza econômica submetidos ao Ministério, acompanhar a implementação das medidas aprovadas, e avaliar os resultados; e~~

~~V — apreciar, no aspecto econômico, projetos de legislação ou regulamentação, e emitir pareceres técnicos sobre as matérias pertinentes.~~

~~Art. 12. À Assessoria Especial de Relações Internacionais compete:~~

~~I — assistir o Ministro de Estado e os dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério na coordenação e supervisão dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais, no campo de minas e energia;~~

~~II — identificar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, os assuntos de interesse da política externa brasileira que demandem a participação dos diversos órgãos do Ministério;~~

~~III — articular-se com os órgãos do Ministério para identificar os assuntos e programas de interesse para ações de cooperação e parceria internacional e intermediar essas ações, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores;~~

~~IV — articular-se com as representações diplomáticas, agências governamentais estrangeiras e organizações multilaterais, analisar e propor ao Ministério Minas e Energia a celebração de acordos ou a adesão a acordos de cooperação em áreas de interesse do Ministério;~~

~~V — coordenar, orientar e subsidiar a participação do Ministro de Estado ou de seu representante, e dos dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério em fóruns e reuniões internacionais relacionados à área de atuação do Ministério;~~

~~VI — articular-se com o Ministério das Relações Exteriores, e atuar como interlocutor do Ministério junto àquele órgão;~~

~~VII — prestar apoio às missões estrangeiras, para concretizar ações relacionadas com as áreas específicas do Ministério; e~~

~~VIII — participar, quando designada, de reuniões, conferências e eventos relacionados à política nacional de minas e energia com organismos internacionais, governos estrangeiros e instituições governamentais.~~

~~Art. 13. À Assessoria Especial de Apoio ao Ministro compete:~~

~~I — recepcionar, triar e o registrar demandas por audiências com o Ministro;~~

~~II — recepcionar, triar e o registrar e convites para eventos e solenidades oficiais;~~

~~III — avaliar demandas por audiências e convites quanto aos aspectos políticos, técnicos e estratégicos envolvidos;~~

~~IV — apoiar o Ministro no atendimento, no que couber ao Ministério, aos compromissos relativos à agenda do Presidente da República;~~



~~V articular-se com as áreas do Ministério para reunir subsídios e conferir tratamento técnico às demandas recebidas;~~

~~VI planejar, elaborar e coordenar a agenda diária, semanal e mensal do Ministro;~~

~~VII preparar o material de apoio necessário ao atendimento das demandas, incluídas notas técnicas, **releases**, apresentações, discursos;~~

~~VIII registrar e monitorar o atendimento às demandas, incluídas a elaboração de memórias e atas de reuniões, audiências e eventos, e inserir as informações em bancos de dados e sistemas de informações;~~

~~IX assessorar o Gabinete do Ministro na elaboração de programas relativos às ações de relações públicas;~~

~~X propor e promover ações para divulgar à sociedade e à opinião pública aspectos institucionais inerentes da atuação do Ministério;~~

~~XI desenvolver ações para identificar a imagem do Ministério junto à opinião pública;~~

~~XII assessorar o Gabinete do Ministro em questões que envolvam a imagem institucional do Ministério junto à opinião pública;~~

~~XIII promover ações para organização de eventos e recepção em solenidades;~~

~~XIV recepcionar e acompanhar autoridades em trânsito no Ministério;~~

~~XV expedir convites para eventos promovidos pelo Ministério;~~

~~XVI manter agenda de eventos externos de interesse do Ministério; e~~

~~XVII manter controle da agenda relativa à utilização dos espaços de reunião destinados ao Gabinete do Ministro;~~

~~Art. 14. À Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais compete:~~

~~I monitorar o atendimento das orientações e determinações do Presidente da República, realizar os registros pertinentes, articular providências junto às áreas envolvidas e monitorá-las;~~

~~II monitorar o atendimento das orientações e determinações do Ministro, realizar os registros pertinentes, articular providências junto às áreas envolvidas e monitorá-las;~~

~~III registrar, articular junto às áreas envolvidas e monitorar o atendimento de compromissos firmados em reuniões, audiências, memorandos e protocolos internacionais, entre outros;~~

~~IV monitorar o atendimento das demandas de agentes e entidades setoriais, realizar os registros pertinentes, articular providências junto às áreas envolvidas e monitorá-las;~~

~~V registrar e monitorar as ações estratégicas a cargo do Ministério e aquelas conduzidas no ambiente externo relativas a área de atuação do Ministério;~~

~~VI elaborar informes técnicos periódicos para o Ministro;~~

~~VII consolidar dados e informações gerenciais sobre o segmento minero-energético;~~

~~VIII reunir, organizar e tratar as informações de ações relevantes do Ministério produzidas internamente nos órgãos e empresas vinculadas;~~

~~IX desenvolver e manter atualizado sistema de informações gerenciais para subsidiar tomadas de decisões sobre ações relevantes do Ministério;~~

~~X — consolidar registros gerenciais relativos às Salas de Situação de Energia, de Petróleo e Gás de Combustíveis Renováveis e de Geologia e Mineração;~~

~~XI — desenvolver e manter registro sistemático de indicadores de desempenho de projetos integrantes de ações relevantes ao Ministério;~~

~~XII — manter sistemas de controle e acompanhamento de projetos prioritários;~~

~~XIII — auxiliar, em conjunto com as unidades envolvidas, na elaboração de planos de ações para atender a situações específicas; e~~

~~XIV — preparar, com o auxílio das Secretarias finalísticas e, quando for o caso, dos órgãos e empresas vinculados, todos os subsídios, material de apoio, relatórios executivos, sinopses, apresentações e demais informações para atender ao Ministro no tocante às ações relevantes do Ministério.~~

## **Seção II**

### **Dos Órgãos Específicos Singulares**

~~Art. 15. À Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético compete:~~

~~I — desenvolver ações estruturantes de longo prazo para a implementação de políticas setoriais;~~

~~II — assegurar a integração setorial no âmbito do Ministério;~~

~~III — promover a gestão dos fluxos de energia e dos recursos integrados de energia;~~

~~IV — apoiar e estimular a gestão da capacidade energética nacional;~~

~~V — coordenar o sistema de informações energéticas;~~

~~VI — coordenar os estudos de planejamento energético setorial;~~

~~VII — promover e apoiar a articulação do setor energético;~~

~~VIII — apontar as potencialidades do setor energético para políticas de concessões e acompanhar a implementação dos procedimentos de concessão pelas secretarias finalísticas e os contratos decorrentes;~~

~~IX — orientar e estimular os negócios sustentáveis de energia;~~

~~X — coordenar ações e programas de desenvolvimento energético, em especial nas áreas de geração de energia renovável e de eficiência energética;~~

~~XI — promover estudos e tecnologias de energia;~~

~~XII — prestar assistência técnica ao CNPE;~~

~~XIII — articular-se com os órgãos e entidades integrantes do sistema energético, incluídos agentes colegiados, colaboradores e parceiros;~~

~~XIV — propor mecanismos de relacionamento com a EPE e definir diretrizes para a prestação de serviços ao Ministério e ao setor;~~

~~XV — coordenar ações de gestão ambiental para orientar os procedimentos licitatórios do setor energético e acompanhar as ações decorrentes;~~

~~XVI — coordenar, quando couber, o processo de outorgas de concessões, autorizações e permissões de uso de bem público para serviços de energia elétrica; e~~

~~XVII — funcionar como núcleo de gerenciamento de programas e projetos em sua área de competência.~~

~~Art. 16. Ao Departamento de Planejamento Energético compete:~~

- ~~I — coordenar a elaboração das políticas de energia e promover a sua integração nos âmbitos interno e externo ao Ministério;~~
- ~~II — coordenar ações e planos estratégicos de expansão e integração energética;~~
- ~~III — implementar procedimentos de monitoramento, avaliação e controle estratégicos dos recursos energéticos;~~
- ~~IV — monitorar e avaliar o modelo do setor energético;~~
- ~~V — supervisionar os procedimentos de concessão de recursos energéticos e subsidiar as secretarias finalísticas do setor energético, na implementação de seus sistemas de concessão;~~
- ~~VI — orientar estratégias de gerenciamento do modelo do setor elétrico;~~
- ~~VII — orientar e propor diretrizes para a implementação do modelo de expansão do setor elétrico;~~
- ~~VIII — propor instrumentos de apoio à gestão do modelo do setor elétrico e dos sistemas elétricos correntes;~~
- ~~IX — orientar e estimular a articulação entre os agentes intervenientes do modelo do setor elétrico;~~
- ~~X — propor metas e orientar os estudos para o desenvolvimento do potencial dos recursos energéticos;~~
- ~~XI — promover as articulações demandadas pelas ações de gestão ambiental, com vistas às licitações para a expansão do setor energético;~~
- ~~XII — estimular e apoiar o desenvolvimento de métodos, critérios e técnicas aplicáveis no planejamento energético;~~
- ~~XIII — articular-se com os diferentes agentes setoriais e de governança do setor energético;~~
- ~~XIV — acompanhar o funcionamento do mercado de energia e gerenciar as demandas e capacidades do setor, em perspectiva de longo prazo, para sua conservação;~~
- ~~XV — implementar diagnósticos estratégicos de recursos energéticos;~~
- ~~XVI — propor diretrizes e requisitos de estudos sobre o potencial energético para subsidiar a montagem e realimentação de matrizes energéticas; e~~
- ~~XVII — orientar, monitorar e avaliar o desenvolvimento do sistema de informações energéticas.~~

~~Art. 17. Ao Departamento de Desenvolvimento Energético compete:~~

- ~~I — coordenar ações e planos estratégicos de conservação de energia;~~
- ~~II — propor requisitos e prioridades de estudos e de desenvolvimento de tecnologias de conservação da energia à EPE e outras instituições de ensino e pesquisa;~~
- ~~III — promover e coordenar os programas nacionais de conservação e uso racional de energia elétrica, petróleo e seus derivados, gás natural e outros combustíveis;~~
- ~~IV — promover, articular e apoiar a política e os programas de uso sustentável e conservação de energia nos espaços regionais de menor desenvolvimento;~~
- ~~V — levantar e gerenciar as demandas de sustentabilidade ambiental nos estudos energéticos, como inventários, análise da viabilidade de empreendimentos e outros;~~

~~VI — desenvolver e testar modelos de eficiência energética e de usos racionais;~~

~~VII — promover e articular estratégias e ações para o desenvolvimento de energias alternativas;~~

~~VIII — estimular e apoiar o desenvolvimento do conhecimento sobre energias alternativas;~~

~~IX — estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e o desenvolvimento tecnológico sustentável no setor elétrico, por meio de parcerias, cooperação e investimentos privados;~~

~~X — planejar e implementar políticas diferenciadas de desenvolvimento de energias alternativas, contemplada a visão de longo prazo para os setores energéticos e as perspectivas de mudanças globais de acesso e uso de recursos energéticos;~~

~~XI — promover o acesso e utilização de energia não convencional e de baixo custo às populações isoladas e carentes;~~

~~XII — promover e estimular levantamentos, estudos e pesquisas sobre energias alternativas e a interface entre energia e meio ambiente;~~

~~XIII — apoiar atividades e programas de pesquisa e desenvolvimento de energias alternativas e das tecnologias associadas, em parceria com a EPE e em articulação com os órgãos do Ministério, agências reguladoras e demais entidades do setor, conforme políticas do Ministério da Ciência e Tecnologia;~~

~~XIV — promover e estimular investimentos privados em soluções de energia alternativa; e~~

~~XV — implementar a gestão da inovação em energia, promovendo a prospecção e captação de novas tecnologias, produtos e serviços de energia.~~

~~Art. 18. Ao Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações compete:~~

~~I — acompanhar os estudos de planejamento da expansão dos sistemas elétricos, para identificar os empreendimentos a serem implantados por modalidade de outorga no curto, médio e longo prazos;~~

~~II — estabelecer a programação anual dos empreendimentos a serem outorgados;~~

~~III — desenvolver critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações de empreendimentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;~~

~~IV — articular e acompanhar com o agente regulador a concepção dos processos inerentes às outorgas de empreendimentos;~~

~~V — coordenar, quando couber, os procedimentos de aprovação dos atos de outorga; e~~

~~VI — acompanhar, em articulação com o agente regulador, os processos de atualização e renovação de outorgas de instalações do setor elétrico.~~

~~Art. 19. À Secretaria de Energia Elétrica compete:~~

~~I — monitorar a expansão dos sistemas elétricos para assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda, conforme as políticas governamentais;~~

~~II — monitorar o desempenho dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerados os aspectos de continuidade e segurança;~~

~~III — coordenar o desenvolvimento de modelos e mecanismos para monitorar a expansão dos sistemas elétricos e o desempenho da operação;~~

~~IV — acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos, nos termos dos acordos internacionais firmados;~~

~~V — participar na formulação de política tarifária e no acompanhamento da sua implementação, tendo como referências a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais;~~

~~VI — coordenar as ações de comercialização de energia elétrica no território nacional e nas relações com os países vizinhos;~~

~~VII — gerenciar programas e projetos institucionais relacionados ao setor de energia elétrica, promovendo a integração setorial no âmbito governamental;~~

~~VIII — participar na formulação da política de uso múltiplo de recursos hídricos e de meio ambiente, por meio de acompanhamento de sua implementação e garantia da expansão da oferta de energia elétrica de forma sustentável;~~

~~IX — articular os agentes setoriais e os órgãos de meio ambiente e de recursos hídricos, para viabilizar a expansão e funcionamento dos sistemas elétricos;~~

~~X — funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência; e~~

~~XI — prestar assistência técnica ao CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico — CMSE.~~

~~Art. 20. Ao Departamento de Gestão do Setor Elétrico compete:~~

~~I — monitorar a evolução dos custos marginais da expansão dos sistemas elétricos;~~

~~II — monitorar os sistemas e procedimentos de tarifação e faturamento de energia elétrica;~~

~~III — acompanhar e avaliar a evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica no território nacional, conforme a política tarifária;~~

~~IV — acompanhar os processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais;~~

~~V — coordenar as negociações de comercialização de energia elétrica com os países vizinhos;~~

~~VI — participar da formulação e implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda;~~

~~VII — desenvolver estudos para definição de tarifas diferenciadas para as classes especiais de consumo;~~

~~VIII — participar da elaboração e gestão de contratos, convênios, parcerias e outros instrumentos de cooperação técnica com órgãos públicos, agentes setoriais e organismos internacionais;~~

~~IX — articular-se com os agentes de estudos, planejamento, regulação, operação e comercialização de energia, propondo mecanismos de melhoria de relacionamento institucional;~~

~~X — desenvolver, consolidar e uniformizar informações gerenciais e indicadores econômico-financeiros do setor elétrico; e~~

~~XI — analisar e acompanhar as propostas de normatização do setor elétrico, e avaliar sua conformidade com a política setorial.~~

~~Art. 21. Ao Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico compete:~~

~~I — desenvolver estudos, modelos e metodologias de acompanhamento da expansão e do desempenho do sistema elétrico brasileiro;~~

~~II — monitorar a expansão do sistema elétrico brasileiro, envolvendo os segmentos de geração, transmissão e distribuição;~~

~~III — monitorar e avaliar o funcionamento e o desempenho do sistema elétrico brasileiro, por meio de indicadores de continuidade e segurança;~~

~~IV — monitorar a evolução da demanda de energia elétrica;~~

~~V — articular com os agentes de regulação e operação a implementação de diretrizes e ações preventivas e corretivas, para garantir a confiabilidade do sistema elétrico;~~

~~VI — articular ações com agentes e instituições setoriais, para implementar projetos de suprimento de energia elétrica para regiões e cargas especiais, garantido o equilíbrio entre oferta e demanda;~~

~~VII — desenvolver e manter sistema de informações para a gestão e acompanhamento da expansão da oferta, do desempenho do sistema elétrico, dos aspectos socioambientais e dos recursos hídricos;~~

~~VIII — participar da formulação de políticas relacionadas ao meio ambiente e recursos hídricos, coordenando as ações de gestão no âmbito do setor elétrico;~~

~~IX — participar de estudos e projetos de adequação, expansão e melhoria do sistema elétrico, em articulação com os agentes setoriais; e~~

~~X — prestar assistência técnica ao CMSE e acompanhar a implementação das diretrizes por ele estabelecidas.~~

~~Art. 22. Ao Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia compete:~~

~~I — monitorar os potenciais energéticos do País, para ampliar os benefícios sociais da universalização do acesso e uso da energia;~~

~~II — coordenar as ações decorrentes de políticas sociais e das diretrizes de universalização do acesso e uso da energia;~~

~~III — apoiar e orientar programas e projetos, de políticas sociais de energia;~~

~~IV — propor, implementar e apoiar medidas para a universalizar o acesso à energia elétrica;~~

~~V — promover o controle social e a prestação de contas do setor de energia;~~

~~VI — articular e integrar os agentes intervenientes no setor energético, para fortalecer as políticas de caráter social do setor;~~

~~VII — atender os interesses nacionais e a defesa do consumidor de energia;~~

~~VIII — orientar e definir formas de relacionamento e articulação entre interesses sociais e os do mercado de energia elétrica; e~~

~~IX — estabelecer mecanismos para mediação de conflitos quanto ao uso e acesso aos recursos energéticos.~~

~~Art. 23. À Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis compete:~~

~~I — promover estudos das bacias sedimentares brasileiras, e propor diretrizes para licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural;~~

~~II — formular propostas de planos plurianuais para os setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, monitorando, avaliando e ajustando sua implementação e resultados;~~

~~III — monitorar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas, para garantir a equilibrada participação dos derivados de petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;~~

~~IV — monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, das instituições responsáveis pelos setores e propor as revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;~~

~~V — articular-se com as agências reguladoras, as entidades públicas vinculadas, as concessionárias públicas e privadas e demais entidades dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, orientando-as quanto às políticas aprovadas;~~

~~VI — monitorar e avaliar, em conjunto com as agências reguladoras e instituições competentes, as condições e a evolução dos abastecimentos de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, e a satisfação dos consumidores;~~

~~VII — promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas, para garantir o abastecimento satisfatório de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis e atendimento adequado aos consumidores;~~

~~VIII — coordenar e promover programas de incentivos e ações, para atrair investimentos e negócios para os setores nacionais de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;~~

~~IX — monitorar e estimular atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;~~

~~X — monitorar, em conjunto com a ANP, o aproveitamento racional das reservas de hidrocarbonetos;~~

~~XI — propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de petróleo e gás natural;~~

~~XII — articular-se com a ANP para assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o risco de desabastecimento em situações excepcionais;~~

~~XIII — facilitar a interação entre o setor produtivo e os órgãos de meio ambiente;~~

~~XIV — funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência; e~~

~~XV — assistir tecnicamente o CNPE em assuntos de sua área de atuação.~~

~~Art. 24. Ao Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural compete:~~

~~I — propor diretrizes na busca pela autossuficiência de petróleo, e para o nível e tipo de dependência externa no atendimento da demanda do País;~~

~~II — propor metas para a ANP, quanto às reservas brasileiras e à relação entre reserva e produção;~~

~~III — monitorar a participação da indústria nacional de bens e serviços no suprimento da indústria e petróleo, propor políticas que elevem essa participação, em bases econômicas;~~

~~IV — propor e acompanhar estudos das bacias sedimentares brasileiras, formular e coordenar a implementação de diretrizes para licitações das áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, conforme os parâmetros de reservas e produção definidos pelo CNPE; e~~

~~V — propor e implementar políticas públicas que atraiam investimentos para os setores de petróleo e gás natural no País.~~

~~Art. 25. Ao Departamento de Gás Natural compete:~~

~~I — articular-se com a ANP, para ampliar a infraestrutura de transporte de gás natural;~~

~~II — propor diretrizes para ampliar a participação do gás natural na matriz energética nacional;~~

~~III — interagir com os fiscos estaduais e federal, com vistas a assegurar a racionalidade tributária sobre o gás natural;~~

~~IV — monitorar a viabilidade do gás natural, em relação a seus competidores diretos, propondo medidas que possibilitem a efetiva valoração dos benefícios específicos do setor energético;~~

~~V — monitorar as negociações de preços do gás natural importado, para torná-los mais competitivos;~~

~~VI — propor critérios para a concessão de subsídios ao transporte de gás natural, para assegurar sua adequada utilização; e~~

~~VII — propor critérios para a utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético — CDE.~~

~~Art. 26. Ao Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo compete:~~

~~I — propor diretrizes na busca pela autossuficiência de derivados de petróleo, e para o nível e tipo de dependência externa no atendimento da demanda do País;~~

~~II — monitorar a política tributária afeta ao setor e propor medidas para racionalizá-la;~~

~~III — interagir com a ANP, na busca de mercado de derivados de petróleo efetivamente competitivo, aberto e benéfico para o consumidor;~~

~~IV — interagir com a ANP, propondo medidas que ampliem a infraestrutura logística afeta ao setor, em âmbito nacional;~~

~~V — monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção, utilização e a evolução do abastecimento de combustíveis derivados do petróleo;~~

~~VI — propor mecanismos para estabilizar os preços dos derivados de petróleo no País e políticas públicas que atraiam investimentos para o setor;~~

~~VII — coordenar e promover programas que atraiam investimentos para o setor de combustíveis no País;~~

~~VIII — promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas para garantir a adequada participação dos combustíveis na matriz energética;~~

~~IX — promover, acompanhar e supervisionar a adequada utilização dos recursos destinados ao fomento da utilização dos combustíveis; e~~

~~X — monitorar, estimular e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor de combustíveis; e~~

~~XI — interagir com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais entidades do setor de combustíveis.~~

~~Art. 27. Ao Departamento de Combustíveis Renováveis compete:~~

~~I — monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção, utilização e a evolução do abastecimento de combustíveis renováveis;~~

~~II — promover e implementar ações preventivas e corretivas para garantir abastecimento satisfatório de combustíveis renováveis no País, e sua adequada participação na matriz energética;~~

~~III — inserir novos combustíveis renováveis na matriz energética;~~



~~IV — promover, acompanhar e supervisionar a adequada utilização dos recursos destinados ao fomento da utilização dos combustíveis renováveis;~~

~~V — coordenar e promover programas, incentivos e ações para atrair investimentos para o setor de combustíveis renováveis;~~

~~VI — monitorar, estimular e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor de combustíveis renováveis; e~~

~~VII — articular-se com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais entidades envolvidas com o setor de combustíveis renováveis.~~

~~Art. 28. À Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral compete:~~

~~I — implementar, orientar e coordenar as políticas para geologia, mineração e transformação mineral;~~

~~II — coordenar os estudos de planejamento setoriais, e propor ações para o desenvolvimento sustentável da mineração e da transformação mineral;~~

~~III — promover e apoiar a articulação dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, incluindo os agentes colegiados, colaboradores e parceiros;~~

~~IV — monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, bem como das instituições responsáveis, promovendo e propondo revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;~~

~~V — formular e articular propostas de planos e programas plurianuais para os setores de geologia e mineração;~~

~~VI — promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos domínios da geologia e da indústria mineral;~~

~~VII — promover e coordenar ações e medidas preventivas e corretivas que objetivem assegurar a racionalidade, o bom desempenho, a atualização tecnológica e a compatibilização com o meio ambiente de atividades realizadas pela indústria da mineração;~~

~~VIII — orientar e propor formas de relacionamento entre os diferentes segmentos sociais e econômicos do setor de mineração e de transformação mineral;~~

~~IX — monitorar e avaliar, em conjunto com órgãos da administração pública federal e instituições competentes, as condições e a evolução do suprimento de bens minerais, e a satisfação dos consumidores;~~

~~X — estabelecer políticas e procedimentos de concessão para o setor, decidindo sobre sua execução direta ou submetendo ao Ministro de Estado proposta de delegação das atividades de concessão ao órgão regulador do sistema;~~

~~XI — coordenar o processo de concessões de direitos minerários e supervisionar o controle e a fiscalização da exploração e produção dos bens minerais;~~

~~XII — propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de geologia e mineração;~~

~~XIII — promover, acompanhar e avaliar ações, projetos e programas que objetivem o desenvolvimento sustentável da mineração, atuando como facilitador na interação entre setor produtivo e os órgãos de meio ambiente; e~~

~~XIV — funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.~~

~~Art. 29. Ao Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral compete:~~

- ~~I— propor o arcabouço diretivo do setor de mineração e transformação mineral;~~
- ~~II— coordenar a formulação e a implementação das políticas do setor de mineração e de transformação mineral;~~
- ~~III— conceber e implementar os instrumentos das políticas do setor de mineração e de transformação mineral;~~
- ~~IV— propor diretrizes, requisitos e prioridades para planejamento tático e operacional do setor de mineração e transformação mineral;~~
- ~~V— propor diretrizes e requisitos de programas e projetos do Governo federal, para o setor de mineração e de transformação mineral, e articulá-los com as demais políticas, planos e programas governamentais;~~
- ~~VI— estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, nos setores de mineração e de transformação mineral;~~
- ~~VII— avaliar e monitorar o desenvolvimento tecnológico e a competitividade do setor e da indústria mineral brasileira;~~
- ~~VIII— desenvolver cenários, estudos prospectivos e análises econômicas do setor mineral, para a formulação de políticas e a implementação de ações de desenvolvimento setoriais; e~~
- ~~IX— estabelecer indicadores para o monitoramento dos resultados da produção mineral e dos serviços decorrentes da mineração.~~

~~Art. 30. Ao Departamento de Geologia e Produção Mineral compete:~~

- ~~I— formular diretrizes e prioridades para os levantamentos geológicos básicos e específicos, aos estudos geocientíficos, apoiando, promovendo e monitorando seus resultados;~~
- ~~II— articular os sistemas de informações geológicas e de recursos minerais;~~
- ~~III— promover o planejamento estratégico da prospecção dos recursos minerais;~~
- ~~IV— propor diretrizes e requisitos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o potencial mineral do País;~~
- ~~V— estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, nos setores de geologia e de exploração mineral;~~
- ~~VI— promover o desenvolvimento e a melhoria dos produtos e serviços de inventários, levantamentos geológicos e de recursos minerais;~~
- ~~VII— coordenar os procedimentos de aprovação dos atos de outorga, incluídas autorizações e concessões minerais, registros de licenciamento, permissões de lavra garimpeira e registros de extração;~~
- ~~VIII— coordenar e acompanhar as ações de execução de programas, atividades e projetos para a implementação de diretrizes para a gestão eficaz dos direitos minerários do País; e~~
- ~~IX— analisar e propor ações relativas ao controle e ao acompanhamento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais.~~

~~Art. 31. Ao Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral compete:~~

- ~~I— analisar e propor políticas, planos e programas para a modernização tecnológica do setor de mineração e transformação mineral;~~

~~II — promover estudos para o desenvolvimento tecnológico, destinados à captação de novas tecnologias e à geração de novos produtos no setor mineral;~~

~~III — coordenar e promover programas de incentivo e ações para o desenvolvimento tecnológico aplicado à mineração e à transformação mineral; e~~

~~IV — promover e acompanhar programas e ações de inserção tecnológica na indústria minero-metalúrgica.~~

~~Art. 32. Ao Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração compete:~~

~~I — formular e articular propostas de políticas, planos e programas para o desenvolvimento sustentável da mineração, avaliar e monitorar seus resultados e execução, e propor revisões e atualizações pertinentes;~~

~~II — orientar e propor diretrizes e procedimentos para a internalização das variáveis ambientais, nas atividades de mineração;~~

~~III — elaborar e internalizar programas para o desenvolvimento socioambiental da mineração;~~

~~IV — gerar estudos e levantamentos para a implementação de ações socioambientais para o desenvolvimento sustentável da mineração;~~

~~V — propor o ordenamento das atividades de mineração, nas unidades de conservação e de conflito; e~~

~~VI — estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, no setor de mineração e de transformação mineral, em todo o ciclo de utilização das substâncias minerais.~~

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES**

##### **Seção I**

##### **Do Secretário Executivo**

~~Art. 33. Ao Secretário Executivo incumbe:~~

~~I — coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;~~

~~II — supervisionar e avaliar a implementação dos projetos e atividades do Ministério;~~

~~III — supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas, afetos à área de competência da Secretaria Executiva; e~~

~~IV — exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.~~

##### **Seção II**

##### **Dos Secretários e dos demais Dirigentes**

~~Art. 34. Aos Secretários incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a implementação de ações de suas unidades e exercer as demais atribuições que lhes sejam cometidas em regimento interno.~~

~~Art. 35. Ao Chefe de Gabinete do Ministro, ao Consultor Jurídico, ao Subsecretário, aos Chefes das Assessorias Especiais, aos Diretores e aos demais dirigentes compete planejar, dirigir, coordenar e orientar a implementação de ações das unidades e exercer outras atribuições que lhes sejam cometidas em suas áreas de competência.~~

#### **CAPÍTULO V**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

~~Art. 36. Os regimentos internos definirão o detalhamento dos órgãos integrantes da Estrutura Regimental, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes.~~

**ANEXO II****a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA.**

<b>UNIDADE</b>	<b>CARGO/ FUNÇÃO Nº</b>	<b>DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>NE/DAS/ FG</b>
-	5	Assessor Especial	102.5
-	1	Assessor Especial de Controle Interno	102.5
-	2	Diretor de Programa	101.5
-	4	Assessor	102.4
-	-	-	-
<b>GABINETE</b>	1	Chefe de Gabinete	101.5
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	11	Assistente	102.2
-	-	-	-
Assessoria Técnica e Administrativa	1	Chefe de Assessoria	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
-	2	Assistente	102.2
-	6	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	101.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	2	Assistente	102.2
-	5	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	101.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	1	Assistente	102.2
-	4	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Ouvidoria-Geral	1	Ouvidor	101.4
-	2	Assistente	102.2
<b>SECRETARIA-EXECUTIVA</b>	1	Secretário-Executivo	NE
-	1	Secretário-Executivo Adjunto	101.6
-	3	Diretor de Programa	101.5
-	4	Assessor	102.4
-	3	Assessor Técnico	102.3
Gabinete	1	Chefe	101.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	4	Assistente	102.2
-	1	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA	1	Chefe da Assessoria Especial	101.5
-	2	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico	1	Coordenador-Geral	101.4
-	3	Assessor Técnico	102.3
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Supervisão e Avaliação da Gestão	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	1	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
ASSESSORIA ESPECIAL EM ASSUNTOS REGULATÓRIOS	1	Chefe da Assessoria Especial	101.5
-	1	Assessor	102.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	-	-	-
ASSESSORIA ESPECIAL EM ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS ESTRUTURANTES	1	Chefe da Assessoria Especial	101.5
-	1	Assessor	102.4
-	1	Assessor Técnico	102.3

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FG
-	-	-	-
ASSESSORIA ESPECIAL EM GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL	1	Chefe da Assessoria Especial	101.5
-	1	Assessor	102.4
-	2	Assessor Técnico	102.3
-	-	-	-
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Subsecretário	101.5
-	1	Assessor	102.4
-	2	Assistente	102.2
-	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	1	Coordenador	101.3
-	3	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	10	Chefe	101.2
-	3	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Coordenação Geral de Recursos Humanos	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
-	10	Assistente	102.2
-	2	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
-	6	Assistente	102.2
-	1	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
-	5	Assistente	102.2
-	1	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Coordenação Geral de Compras e Contratos	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
-	7	Assistente	102.2
-	1	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	101.5
-	6	Assessor	102.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	9	Assistente	102.2
-	-	-	-
ASSESSORIA ECONÔMICA	1	Chefe da Assessoria Especial	101.5
-	3	Assessor	102.4
-	3	Assessor Técnico	102.3
-	2	Assistente	102.2
-	-	-	-
ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1	Chefe da Assessoria Especial	101.5
-	2	Assessor	102.4
-	1	Assistente	102.2
-	1	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
ASSESSORIA ESPECIAL DE APOIO AO MINISTRO	1	Chefe da Assessoria Especial	101.5
-	2	Assessor	102.4
-	2	Assessor Técnico	102.3
-	-	-	-
ASSESSORIA ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E DESEMPENHO SETORIAIS	1	Chefe da Assessoria Especial	101.5
-	2	Assessor	102.4
-	3	Assessor Técnico	102.3

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FG
-	-	-	-
-	99	-	FG-1
<b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO</b>	1	Secretário	101.6
-	1	Secretário-Adjunto	101.5
-	1	Diretor de Programa	101.5
-	3	Assessor	102.4
-	3	Assistente	102.2
-	2	Assistente Técnico	102.1
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO	1	Diretor	101.5
-	1	Gerente de Projeto	101.4
-	2	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Planejamento de Energia Elétrica	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Planejamento de Combustíveis	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Economia da Energia	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
-	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO	1	Diretor	101.5
-	1	Gerente de Projeto	101.4
-	2	Assistente	102.2
-	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Eficiência Energética	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Fontes Alternativas	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES	1	Diretor	101.5
-	1	Gerente de Projeto	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Outorgas de Produção de Energia Elétrica	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Outorgas de Transporte de Energia Elétrica	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
<b>SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	1	Secretário	101.6
-	1	Secretário-Adjunto	101.5
-	1	Diretor de Programa	101.5
-	3	Assessor	102.4
-	4	Assistente	102.2
-	1	Assistente Técnico	102.1
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SETOR ELÉTRICO	1	Diretor	101.5

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FG
-	1	Gerente de Projeto	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Gestão da Política Tarifária	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Gestão da Comercialização de Energia	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Gestão de Programas e Regulamentação	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	1	Diretor	101.5
-	1	Gerente de Projeto	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Geração	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Transmissão e Distribuição	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Monitoramento dos Recursos Hídricos e Ambientais	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA	1	Diretor	101.5
-	2	Gerente de Projeto	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Políticas Sociais	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Universalização do Acesso à Energia	1	Coordenador-Geral	101.4
-	5	Assessor Técnico	102.3
-	5	Assistente	102.2
SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS	1	Secretário	101.6
-	1	Secretário-Adjunto	101.5
-	1	Diretor de Programa	101.5
-	3	Assessor	102.4
-	2	Assistente	102.2
-	2	Assistente Técnico	102.1
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1	Diretor	101.5
-	1	Gerente de Projeto	101.4
-	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	1	Coordenador-Geral	101.4



UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FG
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios	1	Coordenador-Geral	101.4
-	-	-	-
DEPARTAMENTO DE GÁS NATURAL	1	Diretor	101.5
-	1	Gerente de Projeto	101.4
-	1	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Acompanhamento, Desenvolvimento de Mercado e Produção	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Processamento de Infra-estrutura e Logística	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
DEPARTAMENTO DE COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO	1	Diretor	101.5
-	1	Gerente de Projeto	101.4
-	1	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Acompanhamento do Mercado	1	Coordenador-Geral	101.4
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Refino, Abastecimento e Infra-estrutura	1	Coordenador-Geral	101.4
-	-	-	-
DEPARTAMENTO DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS	1	Diretor	101.5
-	1	Gerente de Projeto	101.4
-	1	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Produção e do Mercado de Combustíveis Renováveis	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Inserção de Novos Combustíveis Renováveis	1	Coordenador-Geral	101.4
-	-	-	-
<b>SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL</b>	1	Secretário	101.6
-	1	Secretário-Adjunto	101.5
-	1	Diretor de Programa	101.5
-	4	Assessor Técnico	102.3
-	1	Assistente	102.2
-	3	Assistente Técnico	102.1
-	-	-	-
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	1	Diretor	101.5
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Política e Programas para Mineração	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle da Gestão de Programa	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FG
Coordenação-Geral de Economia Mineral	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA E PRODUÇÃO MINERAL	1	Diretor	101.5
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Geologia e Recursos Minerais	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle de Concessões Minerais	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
DEPARTAMENTO DE TRANSFORMAÇÃO E TECNOLOGIA MINERAL	1	Diretor	101.5
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Mineral	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Capacitação e Desenvolvimento Tecnológico	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MINERAÇÃO	1	Diretor	101.5
-	1	Assessor Técnico	102.3
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sócio Ambiental na Mineração	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2
-	-	-	-
Coordenação-Geral de Mineração em Áreas de Conservação e Conflito	1	Coordenador-Geral	101.4
-	1	Assistente	102.2

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
NE	5,40	1	5,40	1	5,40
DAS 101.6	5,28	5	26,40	5	26,40
DAS 101.5	4,25	24	102,00	38	161,50
DAS 101.4	3,23	58	187,34	57	184,11
DAS 101.3	1,91	17	32,47	17	32,47
DAS 101.2	1,27	10	12,70	10	12,70
-	-	-	-	-	-
DAS 102.5	4,25	6	25,50	6	25,50
DAS 102.4	3,23	22	71,06	36	116,28
DAS 102.3	1,91	29	55,39	41	78,31
DAS 102.2	1,27	123	156,21	123	156,21
DAS 102.1	1,00	40	40,00	40	40,00

SUBTOTAL 1		-335	-714,47	374	838,88
-					
FG-1	0,20	99	19,80	99	19,80
SUBTOTAL 2		99	19,80	99	19,80
-					
TOTAL (1+2)		434	734,27	473	858,68
-					

**ANEXO III**

QUADRO DEMONSTRATIVO DO CARGO REMANEJADO À SEGEF/MP, DA ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, POR FORÇA DO DECRETO Nº 5.684/2006

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MME P/ A SEGEF/MP (a)		DA SEGEF/MP P/ O MME (b)	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 102.4	3,23	1	3,23	-	-
TOTAL	-	1	3,23	-	-
SALDO DO REMANEJAMENTO (a - b)				1	3,23

**ANEXO IV**

QUADRO DEMONSTRATIVO DO CARGO REMANEJADO À SEGEF/MP, DA ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, POR FORÇA DO DECRETO Nº 7.429/2011

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MME P/ A SEGEF/MP (a)		DA SEGEF/MP P/ O MME (b)	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 102.1	1,00	1	1,00	-	-
TOTAL	-	1	1,00	-	-
SALDO DO REMANEJAMENTO (a - b)				1	1,00

**ANEXO V**

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGEF/MP PARA O MME (a)		DO MME PARA A SEGEF/MP (b)	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
101.5	4,25	14	-59,50	-	-
101.4	3,23	-	-	01	3,23
-	-	-	-	-	-
102.4	3,23	14	45,22	-	-
102.3	1,91	12	22,92	-	-
-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	40	127,64	01	3,23
SALDO DO REMANEJAMENTO (a - b)				39	124,41